

PORTARIA Nº 304 /PRES, de 31 de Março de 2014

Estabelece o fluxo interno dos pedidos de acesso a informações, com a finalidade de atender o disposto pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da FUNAI, aprovado pelo Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, demais normas regimentais e estatutárias, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer, no âmbito da Funai, o fluxo interno de tramitação de pedidos de acesso a informações dirigidos à Fundação, recebidos pelo Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, com a finalidade de cumprir o disposto na Lei nº 12.527, de 2011, e no Decreto regulamentar.

Art. 2º Os pedidos de acesso a informações poderão ser dirigidos à FUNAI e recebidos pelo Serviço de Informações ao Cidadão da Funai (SIC/FUNAI) por meio dos seguintes instrumentos:

I – por meio do sistema único do Governo Federal, cujo acesso poderá ser feito no sítio eletrônico da Funai;

II – presencialmente, na sala do SIC/FUNAI, que se localiza no térreo do Edifício-Sede da Funai;

III – por correspondência eletrônica para o e-mail institucional do SIC.

§ 1º Na hipótese do inciso III, a correspondência eletrônica deverá conter as informações mínimas estabelecidas pelo art. 12 do Decreto nº 7.724, de 2012, quais sejam: nome do requerente; número do documento de identificação válido (nesse caso, por exigência do sistema, o Cadastro Único de Pessoa Físicas - CPF ou o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ); especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da apresentação do pedido ao SIC com as informações mínimas discriminadas no §1º.

Art. 3º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I – genéricos;



II – desproporcionais ou desarrazoados; ou

III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, a Funai deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 4º Ao receber o pedido de informação, se este for de competência da Funai e se a informação estiver disponível no SIC/FUNAI, esse serviço deve promover o acesso imediato à informação.

§ 1º Nos demais casos, o prazo para resposta ao cidadão será de 20 dias corridos, prorrogáveis por mais 10 dias.

§ 2º Caso não seja possível o acesso imediato à informação solicitada, o SIC/FUNAI tramitará, no prazo de um dia útil, o pedido às unidades da Funai detentoras das informações e acompanhará o prazo de resposta gerada pelo Sistema.

§ 3º Cada Diretoria e a Presidência da Funai terá um servidor incumbido da função de ponto focal, que irá promover e monitorar os pedidos de informação encaminhados a sua unidade, de forma a garantir o envio da resposta em tempo hábil.

§ 4º Caso seja constatado, no recebimento do pedido ou após a tramitação do pedido na Funai, que a informação solicitada não está na unidade demandada ou não é de competência da Funai, o SIC/FUNAI avisará o cidadão e caso tenha conhecimento da instituição responsável pela informação tramitará o pedido para o órgão ou entidade competente, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

Art. 5º Após receber o pedido de informação encaminhado pelo SIC/FUNAI, as Diretorias, a Presidência da Funai, bem como as unidades vinculadas a esta, devem responder ao SIC/FUNAI até o dia útil anterior ao último dia do prazo gerado pelo sistema para a resposta ao cidadão.

§ 1º Caso seja constatado que o questionamento não é de responsabilidade de sua unidade, o servidor indicado no § 2º do art. 4º deverá retornar imediatamente o documento ao SIC/FUNAI para que seja tramitado novamente.

§ 2º Caso a unidade necessite de prorrogação do prazo, conforme previsto no artigo 11 da Lei nº 12.527, de 2012, e no artigo 16 do Decreto nº 7.724, de 2012, deverá a unidade comunicar ao SIC, com a devida justificativa, até o dia anterior ao vencimento do prazo para fornecimento da resposta ao pedido, para que o SIC registre a prorrogação no sistema.

§ 3º A unidade da Funai que abriga a informação solicitada pelo cidadão deverá encaminhá-la ao SIC em anexo ao formulário remetido por este setor, mantendo-se o protocolo de origem, para controle de trâmite pelos pontos focais e pelo SIC/FUNAI.



Art. 6º Quando a informação estiver disponível em documentos cujo volume totalize mais de 50 laudas, a unidade da Funai que detém a guarda dos documentos deverá, após análise quanto ao sigilo da informação, enviar ao SIC/FUNAI a confirmação da disponibilidade dos documentos ao cidadão, com o número de telefone e/ou e-mail de contato para que o cidadão agende a consulta aos documentos e solicite as cópias necessárias.

§ 1º Se houver solicitação de cópia de documentos que totalizem mais de 50 laudas, deverá ser gerada, pela unidade detentora dos documentos, Guia de Recolhimento da União, para pagamento das despesas pelo solicitante.

§ 2º Se houver solicitação de envio da informação por meio postal ou o armazenamento da informação em mídia eletrônica, as custas ficarão a cargo do solicitante.

Art. 7º O SIC/FUNAI receberá recurso contra a negativa de acesso a informações e encaminhará à autoridade hierarquicamente superior à que proferiu a resposta, quando se tratar de recurso de 1ª instância, ou ao Presidente da Funai, quando se tratar de recurso de 2ª instância.

§ 1º As forma de recebimento de recursos são as mesmas do pedido de informação, discriminadas no artigo 2º.

§ 2º O prazo para a interposição pelo cidadão de recurso à resposta proferida pela Funai será de 10 dias contados da data da ciência da resposta do pedido de informação, no caso de recurso de 1ª instância, ou 10 dias contados da ciência da decisão do recurso de 1ª instância, no caso de recurso à 2ª instância.

Art. 8º O prazo para a resposta dos recursos de 1ª e 2ª instância será de 5 dias, conforme estabelecido no artigo 5º da Lei nº 12.527, de 2011, e no artigo 21 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Parágrafo único. A autoridade responsável pela avaliação do recurso deverá encaminhar seu parecer ao SIC/FUNAI, em formato de ofício ao cidadão demandante, até as 12h do dia estabelecido como o prazo final para a resposta do recurso.

Art. 9º Compete ao SIC/FUNAI:

I – submeter relatórios periódicos sobre os pedidos de acesso à informação à autoridade designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, para subsidiar o relatório anual da autoridade de que trata o art. 67, do Decreto nº 7.724, de 2012;

II – submeter ao Ministério da Justiça relatórios periódicos, conforme calendário e orientações desse ministério;

III – disponibilizar às unidades da Funai e aos cidadãos os dados públicos sobre os pedidos de informação recebidos.

§ 1º O relatório de que trata o inciso I deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:



I – estatísticas sobre os pedidos recebidos, deferidos e indeferidos, prazos de atendimento, bem como informações genéricas sobre os solicitantes;

II – indicação de casos graves de descumprimento da Lei nº 12.527, de 2011, especialmente omissões e atrasos reiterados na resposta aos pedidos de acesso a informação pelas unidades da Funai;

III – diagnóstico sobre o andamento do SIC/FUNAI, indicando os eventuais problemas identificados com o cumprimento da lei pelo órgão e sugestões de resolução.

Art. 10. O SIC/FUNAI atenderá ao público em instalação própria situada no edifício-sede da Funai em Brasília, das 8h às 18h.

Art. 11. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.



MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI
PRESIDENTA INTERINA

Publicada no Diário Oficial da União
nº 63 de 02 / 04 / 2014
Seção 1, às fls. 25.